

## ELOGIO AO PATRONO CAMPOS SALLES — CADEIRA 3 DA ACADEMIA PAULISTA DE DIREITO

“Duas obsessões o perseguiram: a probidade e, seu consecrário, a submissão à lei. Sem que a ordem pública se subvertesse, jamais violou ou permitiu que se violassem as garantias legais, quer no Ministério da Justiça, quer na Presidência do Estado, quer na Chefia da Nação” (Célio Debes, “Campos Salles e o Ministério Público”, *Iustitia*, 104:368-75).

Falar de Campos Salles nos dias atuais é permitir que se reflita sobre as inúmeras vertentes que adornaram seu caráter e que escasseiam no cenário político nacional.

Campos Salles é exemplo de estadista e de político, que há algum tempo não se encontra mais na condução dos destinos brasileiros, visto que a defesa das próprias convicções sempre prevaleceu sobre as conveniências circunstanciais ou interesses indeclináveis.

Campos Salles foi um estadista que viveu como pensou, sem transigências, o que não implicou radicalismos, razão pela qual se constitui modelo, infelizmente não seguido pelos políticos de hoje, que preferem, a viver como deveriam pensar, pensar como vivem.

Manuel Ferraz de Campos Salles nasceu em família abastada, de tradicionais fazendeiros de café, revelando,

desde a Faculdade de Direito, tendência admirável para a política, visto que a tradicional Escola do Largo de São Francisco foi celeiro de homens públicos de integridade moral insuperável e direcionamento político superior.

Na Faculdade conviveu com outros notáveis brasileiros.

Na época em que cursou o tradicional estabelecimento de ensino, o Império enfrentava as discussões simultâneas da luta contra a escravidão, do ideal federativo e, embora timidamente, dos anseios republicanos.

Campos Salles colocou-se, desde cedo, entre os defensores do tríplice ideário, sendo de realçar que sua luta contra a abolição da escravatura, de certa forma, contrariava, à época, as teses dominantes na estrutura ruralista brasileira.

É que Campos Salles entendia — e reafirmou tal postura quando presidente — que mão-de-obra livre e independente, se corretamente estimulada, é mais produtiva que a mão-de-obra escrava, sobre revestir-se de dignidade incomensuravelmente superior.

Quando morreu a progenitora de José do Patrocínio, D. Justina Maria, aos 45 anos, dentre aqueles que carregaram o caixão da humilde escrava, em pleno período imperial de repressão aos abolicionistas, estava Campos Salles, ao lado de outros notáveis brasileiros, tais como Rodrigues Alves, Ruy Barbosa e Rodolfo Dantas.

Conta-se mesmo que foi aquele que teria demonstrado maior apoio ao filho da ex-escrava, no momento de dor por que passava, naquele distante 18 de agosto de 1885.

Foi um abolicionista pragmático, oferecendo força maior ao movimento, na medida em que era apoiado e descendia de tradicional família de fazendeiros. Representava, desde que estava na política, a classe ruralista de São

Paulo, já, no período, com força econômica admirável pela adoção de técnicas modernas de administração empresarial em suas fazendas. É que compreendia que a mão-de-obra livre é mais eficiente que aquela escravizada.

Foi também republicano e federalista entusiasta.

Chegou a admitir a manutenção do Império, se o Brasil adotasse a forma federalista, mas no momento em que percebeu ser impossível convencer o imperador e os gabinetes, que se sucediam, a adotar a Federação, como forma de Estado, optou francamente pela República.

Quando da formação do primeiro governo republicano, lá estava Campos Salles entre os ministros, assumindo a pasta da Justiça.

É bem verdade que seu ideal democrático chocava-se com a postura do primeiro presidente do Brasil, tendo formado grupo de oposição na Assembléia Constituinte para a qual tinha sido eleito em 1890.

Deve-se, todavia, a Campos Salles, quando da eleição indireta para presidente e vice-presidente da República, intenso trabalho político, que resultou na eleição de Deodoro, pela chapa da situação, como presidente, e Floriano Peixoto, na chapa da oposição, como vice, restando derrotados o candidato a vice de Deodoro e o presidente da chapa de oposição.

Na ocasião, almejava-se derrubar a pretensão de Deodoro à presidência, em face da tendência pouco democrática com que enfrentava os problemas políticos nacionais, tendo Campos Salles exercido particular papel de mediador entre as duas correntes para evitar o choque que poderia resultar da implantação da ditadura no País.

Graças, talvez, à sua intermediação é que, após a inviabilização do governo Deodoro, foi possível a continui-

dade republicana na figura de seu sucessor direto, Floriano Peixoto, que, chamado pelo Velho Marechal a substituí-lo num impasse institucional, fê-lo como homem de conciliação nacional.

Deodoro, em verdade, nunca chegou a compreender todos os acontecimentos que o levaram à presidência; tanto é verdade que, em 15 de novembro de 1889, pensou que estivesse derrubando o gabinete e não o imperador. Chegou, inclusive, a pretender assinar decreto promulgando a Constituição de 1891, como assumiu a presidência para a qual fora eleito em 1891, com as honrarias militares imperiais que ganhara em campo de batalha.

Sempre dirigiu a nação como dirigia suas tropas, e, não obstante homem de bem e íntegro, seu estilo não se coadunava com a nova realidade brasileira.

Com a queda de Deodoro, a assunção de Floriano, sua substituição pelo paulista Prudente de Moraes, companheiro dos bancos acadêmicos de Campos Salles, o País entrou em severa crise econômica, gerada em parte pela política estruturalista de Ruy Barbosa, a qual provocara uma inflação desmedida, quebra de inúmeras empresas e problemas de natureza política e institucional acima de qualquer expectativa.

Prudente de Moraes, já velho em seu fim de governo, tendo sido inclusive obrigado a ficar cinco meses retirado do poder por doença, pretendeu que seu substituto fosse Bernardino de Campos, mas se rendeu às forças políticas que entendiam que só um homem como Campos Salles poderia equacionar os inúmeros problemas que afligiam a República brasileira.

Eleito, Campos Salles tomou a deliberação de trabalhar para a nação e não para o populismo fácil. Adotando política inversa de alguns pequenos homens públicos da

atualidade, que se importam mais com as pesquisas da opinião pública e que para vencerem eleições manipulam dados econômicos e atrasam medidas necessárias, com efetivo sacrifício da nação, Campos Salles optou por soluções mais difíceis e decidiu arrostar a antipatia inicial com medidas impopulares para que o País pudesse sair da crise em que estava submerso.

Campos Salles, como verdadeiro homem público, preferiu enfrentar as críticas ácidas e a impopularidade imediata, a bem do povo, a se utilizar do povo para manter o poder, pela demagogia dos números e pelo estelionato publicitário e eleitoral.

Ao assumir o governo, o Brasil ainda sentia os reflexos dos problemas gerados por Ruy Barbosa à frente do Ministério da Fazenda, que Prudente de Moraes e Bernardino de Campos não tinham conseguido solucionar. Ruy Barbosa não adotara rígido controle monetário, permitindo a expansão desmedida dos meios de pagamentos, a exploração das Bolsas, que gerou o encilhamento (expressão equivalente a cavalos prontos para disputar corridas), assim como afrouxou o controle sobre as finanças públicas.

Ruy Barbosa, excelente jurista, não tinha, todavia, maior sensibilidade econômica e os reflexos de sua desastrosa administração perduraram até o governo de Campos Salles.

Campos Salles indicou, para seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, médico e homem público de notável afinidade com o presidente, o que demonstra que os não-economistas são melhores economistas que os economistas. Conta-se mesmo que, na década de 70, quando, em plena crise européia, a Áustria era um "oásis" sem problemas, seu presidente declarara que isto se devia ao fato de terem exportado todos os economistas.

De plano, Campos Salles decidiu por uma política de austeridade administrativa, não apenas prometida, como sói acontecer, na atualidade, sempre que o governo deseja retirar mais recursos do cidadão para desperdiçá-los, mas praticada com sensível redução dos gastos públicos.

Adotou, por outro lado, rígida política monetária e fiscal, correspondendo o aumento dos tributos ao saneamento das finanças públicas e impedindo que a expansão desmedida dos meios de pagamentos gerasse inflação.

Obteve empréstimos junto ao Banco Rothschild (o melhor do mundo à época), consolidando a nossa dívida externa, assim como os garantiu com receitas aduaneiras e concessão para exploração de determinados serviços públicos.

Partiu para a deflação, com retirada de moeda de circulação, e, por ser a inflação da época mais de demanda do que de custos, tal retirada correspondeu, simultaneamente, à esterilização dos recursos tributários adicionais. Queimou, pois, considerável quantidade de papel-moeda, adotando saneadora política deflacionária.

À evidência, uma política simultaneamente moralizadora do ponto de vista administrativo, com efetivos cortes de desperdícios, assim como saneadora e purificadora dos meios empresariais, contaminados pela lassidão da condução da política econômica anterior, terminou por gerar recessão e desemprego em uma primeira etapa, na qual os eternos estruturalistas que tinham sido os verdadeiros causadores da crise econômica se alicerçaram para criticar seu austero governo.

Obtivera, entretanto, o apoio político necessário ao início de seu governo, com hábil diálogo na delicada etapa de “verificação de poderes” em que as eleições desaguvam, obtendo o apoio dos principais Estados, conservando

o famoso acordo dos governadores e restabelecendo o eixo São Paulo-Minas, com o que teve a coragem de suportar o assédio dos descontentes para reconduzir o País à sua estabilidade.

Com vocação de estadista e não de político ditatorial, como tem ocorrido na história recente do País, em que os condutores da economia cedem aos cânticos ilusórios das novas sereias ideológicas, Salles resistiu às sucessivas arremetidas dos descontentes, com o que conseguiu, após um ano de consideráveis dificuldades, recolocar a nação em seu rumo, de tal maneira que, no fim de seu governo, não obstante deixar o poder, Campos Salles atacado pelos interesses contrariados, já começava a ser reconhecido como um dos maiores homens públicos do Brasil.

Terminando o mandato, voltou a conviver com sua numerosa família, passando dificuldades financeiras, posto que, ao contrário dos políticos de hoje, que entram pobres e saem ricos da vida pública, Campos Salles entrou rico e saiu pobre. Voltou a residir em São Paulo, tendo sido eleito senador, e, quando novamente indicado para sucessor à Presidência da República por Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, faleceu, abrindo um vácuo no cenário político nacional.

Campos Salles, jurista e político de superior quilate, ofertou, com sua vida notável, elenco de lições que mais do que nunca precisamos meditar, ao ensejo de uma nova Constituição:

1) De início, a sua integridade moral. Sempre pensou na nação e nunca em si mesmo, estando sempre disposto a sacrificar-se pelo bem do povo. Que enorme distância entre a sua personalidade e aquela da grande maioria dos políticos de hoje, que pensam antes em si mesmos do que no povo, revestido da condição de classe vicária.

2) Era jurista e, por isso, entendia que o direito e a lei são garantias do cidadão, procurando respeitar a legislação que servia e ofertando exemplo admirável, não seguido pelos atuais detentores do poder.

3) Por ser jurista, entendia de economia. Da economia que interessa à nação e ao povo e não à satisfação ideológica de uns especialistas ou às equações matemáticas de outros, que terminam, ainda nos dias atuais, por distanciar os fatos das idéias, na pretensão de que, no fracasso destas, culpem-se aqueles e absolvam-se estas.

4) Por ser digno, jurista e economista, demonstrou ser político à altura dos destinos que o País merecia, não transigindo em princípios e administrando, com seriedade e liberdade, o Brasil.

Há muito que o País está necessitando, novamente, de homens como Campos Salles, capazes de colocar as necessidades comunitárias acima dos interesses pessoais, a coragem das decisões acima das conveniências de pequenos grupos, que o dilaceraram, e o amor à nação, muito além das ambições de poder e o anseio de rápido enriquecimento à custa do serviço público.

Infelizmente, homens como Campos Salles já não existem no cenário político brasileiro, mas seu exemplo poderá permitir que a futura geração ganhe o amor à pátria e às instituições e respeito ao direito, servindo à terra em que nasceu ou viveu, virtudes que adornaram permanentemente a personalidade do grande homem público de São Paulo. Em verdade, a esperança nos governos probos é o grande consolo que o magistério oferta àqueles professores que não se cansam de semear verdades onde existem incertezas, mesmo em tempos de aridez ou tempestades. Que Campos Salles seja o modelo dos jovens filhos desta pátria.